

ID: 115520256

07-02-2025



Ministro da Educação explicou as medidas após reunião do Conselho de Ministros

Novo regime jurídico do Ensino Superior aprovado sob críticas

Proposta mereceu reparos dos reitores das principais instituições. PS acusa Governo de omitir versão final

Sara Gerivaz*
sara.gerivaz@jn.pt

EDUCAÇÃO A proposta de revisão do Regime Jurídico das Instituições de Educação Superior (RJIES) foi aprovada ontem, em Conselho de Ministros, com o ministro da Educação a prometer uma “reforma muito profunda” no setor. Os reitores esperam que a revisão seja “um momento de transformação qualitativa” das instituições de Ensino Superior.

Na apresentação do diploma, Fernando Alexandre explicou que o novo RJIES mantém o modelo binário, mas vai permitir a evolução e flexibilização do sistema, com os institutos politécnicos a poderem tornar-se universidades politécnicas, que poderão, por sua vez, tornar-se universidades. A proposta prevê a possibilidade de universidades e politécnicos se fundirem, a integração de instituições privadas em públicas e o fim do monopólio da Agência de Avaliação e Acredita-

ção do Ensino Superior, com os processos a estarem também abertos a agências da União Europeia.

REGRAS PARA DOUTORADOS Com o novo RJIES, as universidades não podem contratar os próprios doutorados nos primeiros três anos após a conclusão do doutoramento, mas apenas se todo o percurso académico tiver sido feito na mesma instituição.

Numa carta endereçada

DECISÃO

Devolução das propinas em aberto

O Governo ainda não decidiu se vai continuar a devolver as propinas aos jovens, medida aprovada pelo anterior executivo, defendendo que o novo IRS Jovem é “muito mais potente”. O PS requereu uma audição para debater o alegado fim do benefício para quem tem direito à isenção.

ao ministro da Educação, os reitores das universidades do Porto, Lisboa, Coimbra, Minho e Instituto Universitário de Lisboa consideram que a revisão do RJIES deve servir para tornar o sistema “mais coerente, definindo critérios claros e exigentes para acreditar as instituições, aprofundando a democracia”, deixando alguns reparos à proposta. Os representantes do Ensino Superior reforçam que para aumentar a autonomia – um dos objetivos de Fernando Alexandre – é necessário “financiamento previsível e independente de ciclos eleitorais”.

Por sua vez, o Partido Socialista acusou o Governo de governamentalizar as instituições e indicou que vai apresentar propostas para garantir uma “maior democraticidade”. A deputada Isabel Ferreira mostrou-se surpreendida com a proposta e salientou que a versão final não foi apresentada aos partidos. • COM LUSA